



GT 49. Gênero e sexualidade: violência, subjetividades, territorialidades e direitos

Coordenador(es):

Isadora Lins França (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Paulo Victor Leite Lopes (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, violência e conflito

Debatedor/a: Heloisa Buarque de Almeida (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 2 - Sujeitos, sociabilidades e memória

Debatedor/a: Júlio Assis Simões (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 3 - Política, direitos e movimentos

Sérgio Luís Carrara (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

As últimas décadas têm assistido a transformações importantes no campo de gênero e sexualidade no Brasil, em direção à emergência de novos sujeitos, categorias e direitos num terreno permeado por disputas e conflitos. A antropologia tem fornecido contribuição central para a compreensão desses processos, afirmando seu compromisso histórico com as populações cujos direitos e dignidade têm estado sob ataque por parte de diferentes atores sociais. O conhecimento produzido no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade tem também iluminado, de modo geral, processos de produção de diferenças e de desigualdades, partindo da perspectiva de que gênero e sexualidade se articulam – e constituem-se mutuamente – com outras categorias tais como raça, classe social, geração, territorialidades, entre outras. O objetivo deste GT é reunir trabalhos que, situados na intersecção entre gênero, sexualidade e outras categorias de diferença, ofereçam uma reflexão pertinente ao contexto contemporâneo, particularmente nos seguintes termos: 1) das dinâmicas relacionadas à violência nas suas diversas modalidades, contextos sociais e formas de administração; 2) dos intrincados processos de subjetivação relacionados a gênero e a sexualidade e da produção de corpos e sujeitos; 3) da constituição de territorialidades e dos processos envolvendo circulação, trânsitos, fluxos e fronteiras de diferentes ordens; 4) das transformações, conflitos e disputas no campo dos direitos, políticas e movimentos.

Velhice e diversidade sexual e de gênero: analisando a atuação da ONG EternamenteSOU no processo de constituição dos ?idosos LGBT?.

Autoria: Angelo Guimarães Della Croce (UFG - Universidade Federal de Goiás), Prof. Dr. Carlos Eduardo Henning

Considerando o notório aumento do envelhecimento da população mundial, a antropologia tem se interessado e desenvolvido análises instigantes sobre o caráter plástico e variável do curso da vida, de seus distintos períodos e sobretudo do que diz respeito à velhice. Este ?envelhecimento? global vem demandando cada dia mais atenção, ações efetivas, políticas públicas, além de novas pesquisas nas mais variadas áreas do conhecimento, focados nessa nova população, surgindo, assim, na antropologia, um novo campo: a antropologia da velhice ou antropologia do curso da vida. Um elemento particularmente produtivo que tem sido explorado na antropologia brasileira tem sido a articulação do envelhecimento com as relações de gênero e sexualidade. Até bem pouco tempo, o erotismo e sexualidade tendiam a não ser tematizados em conjunto com estudos do que se materializaria no que vem sendo chamado de ?mito da velhice assexual?.



Ademais, quando se tematizada a sexualidade na velhice, ela se restringia em termos gerais a pressupostos heterossexuais e cisgêneros. Esse aspecto, contudo, vem se alterando, e estudos sobre diversidade sexual e de gênero na velhice tem se adensado no Brasil nas últimas décadas. Todavia, com a crescente visibilidade e projeção alcançadas pelos movimentos LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais), pesquisadores de várias áreas vêm percebendo e afirmando que os dados e informações disponíveis para o entendimento da velhice de pessoas heterossexuais se mostram insuficientes ou inadequados para se estudar e compreender a velhice de pessoas LGBT, dando origem a um novo campo: a Gerontologia LGBT. Neste sentido, este paper analisa, a partir de duas pesquisas etnográficas, a atuação da ONG (Organização Não-Governamental) EternamenteSOU, fundada e atuante na cidade de São Paulo desde fins de 2017. Tal ONG tem sido determinante no processo de desenvolvimento do campo da Gerontologia LGBT no Brasil. Através de duas pesquisas etnográficas envolvendo observação participante, entrevistas semiestruturadas com os voluntários e as pessoas atendidas pela referida ONG, pretendemos analisar, por um lado, o desenvolvimento de um conjunto de discursos que contribuem para a constituição biopolítica de novas populações envelhecidas. Por outro lado, também pretendemos analisar os programas e ações que vêm sendo desenvolvidos pela EternamenteSOU, os modos como estes são concebidos tanto por seus voluntários quanto pelos velhos e velhas por eles atendidos, e, por fim, de quais maneiras tais práticas e discursos podem, eventualmente, estar produzindo concepções particulares e prescritivas de uma ?boa velhice LGBT?.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: